

## **Resenha: uma nova economia do conhecimento a partir da Amazônia**

**Resenha da obra: ABRAMOVAY, Ricardo. Amazônia: por uma economia do conhecimento da natureza. São Paulo: Editora Elefante, 2019.**

**Camila Ferreira da Silva\***  
**Priscila Thayane de Carvalho Silva\*\***  
**Audriene Santos de Jesus\*\*\***  
**Fernanda Cavalcante Gama\*\*\*\***

Ricardo Abramovay foi professor do Departamento de Economia da Universidade de São Paulo (USP) por mais de trinta anos (1983-2015), tornou-se titular em 2001 e presentemente atua como docente sênior do Programa de Ciência Ambiental do Instituto de Energia e Ambiente desta universidade. Vem se dedicando a temas ligados à Amazônia e ao Desenvolvimento Sustentável desde o final de seu percurso formativo – graduação em Filosofia (Université de Paris X, Nanterre), mestrado em Política (USP) e doutorado em Ciências Humanas (Unicamp) –, período no qual iniciou reflexões sobre a vida camponesa, os/as agricultores/as e o capitalismo agrário no Brasil. Com pesquisas, publicações e orientações que tomaram como ponto de partida a Sociologia Rural, a Sociologia do Desenvolvimento e o Meio Ambiente, seu mais novo livro publicado em 2019 pela Editora Elefante, “Amazônia: por uma economia do conhecimento da natureza”, cumpre um papel científico de continuidade de suas reflexões sobre a região amazônica, bem como um papel político, posto que foi publicado exatamente quando da ascensão das forças de extrema direita e da bancada ruralista no país<sup>1</sup>.

\* Doutora em Ciências da Educação pela Universidade Nova de Lisboa (UNL), com bolsa Erasmus Mundus/União Europeia. Pós-Doutorado em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora Adjunta da Universidade Federal do Amazonas e Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFAM). E-mail: ferreira.camilasilva@gmail.com.

\*\* Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Mestre em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia UFAM (2015). Bacharel em Serviço Social (UFAM, 2011). Assistente Social no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas-IFAM (Reitoria/Manaus). E-mail: riscilathayane10@gmail.com.

\*\*\* Mestranda em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) na Universidade Federal do Amazonas (UFAM) – Bolsa FAPEAM. Graduada em Pedagogia pelo Centro Universitário do Norte (UNINORTE/PA). audrienesantos@gmail.com.

\*\*\*\* Mestranda em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) na Universidade Federal do Amazonas (UFAM) – Bolsa FAPEAM. Graduada em Licenciatura plena em Pedagogia na Universidade Federal do Amazonas (UFAM). E-mail: fernandacgama19@gmail.com. Professor do Centro Universitário Uniesp. E-mail: tulioaugusto@hotmail.com.

<sup>1</sup> Referimo-nos aqui ao governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, sobretudo com a gestão do seu primeiro ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles (2019-2021), período em que ambientalistas brasileiros registraram preocupação e combateram os discursos e ações, a exemplos das medidas provisórias de reestruturação dos órgãos governamentais ligados a esta área, diminuta capacidade do ministério de formular e conduzir políticas de proteção ambiental, desaparelhamento das instituições de controle e aumento das taxas de desmatamento.



This content is licensed under a Creative Commons attribution-type BY

A obra nasceu do diálogo com dois outros trabalhos, a saber: “Mudanças Climáticas: impactos e cenários para a Amazônia”, de José A. Marengo e Carlos de Souza Jr. e o documentário “O amanhã é hoje: drama de brasileiros impactados pelas mudanças climáticas”<sup>1</sup>, coordenado e produzido por Thais Lazzeri. Sua emergência liga-se ainda à centralidade de que a região amazônica goza no cenário contemporâneo de crise ambiental em níveis nacional e internacional. Conforme assevera Ivo Lesbaupin no prefácio da obra, Abramovay defende a necessidade de rompermos com a “economia de destruição da natureza” em benefício de uma “economia do conhecimento”. Abramovay tem como objetivo denunciar o processo de degradação promovido pelo atual modelo de ocupação e desenvolvimento vigente na Amazônia, e propor uma nova forma de organização social e econômica, que combine o desenvolvimento da região com a preservação da floresta, tendo como principal conexão uma base sustentável para refletir os *modos vivendi* na região. Trata-se de um estudo baseado nos dados de pesquisas recentes de organizações com prestígio nacional e internacional, a exemplo do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) e do Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora).

O livro é estruturado, além da introdução e conclusões, em cinco capítulos, nomeadamente: I - O desmatamento não é premissa para o crescimento da Amazônia; II - São baixos os custos do desmatamento zero; III - As áreas protegidas são um trunfo para o Brasil; IV - As áreas protegidas estão sob ataque; e V - Proteção às florestas não é idiosincrasia brasileira. Nosso objetivo nesta análise crítica consiste, pois, em dialogar com tais ideias de Ricardo Abramovay no sentido da compreensão de sua tese em torno de uma nova economia do conhecimento da natureza e suas implicações para o campo educacional na região amazônica. Parece-nos importante iniciar esta apreciação com uma breve reflexão a respeito do título do livro. “Amazônia: por uma economia do conhecimento da natureza” busca mostrar que, apesar da ideia difundida nos últimos anos de que o desmatamento está diretamente ligado ao processo de desenvolvimento da região amazônica, é possível e necessário pensar e implementar um novo modelo de desenvolvimento da Amazônia capaz de propiciar benefícios econômicos e sociais sem precisar destruí-la.

No primeiro capítulo, “O desmatamento não é premissa para o crescimento da Amazônia”, o autor confronta a ideia de que o crescimento econômico da região está acoplado ao desmatamento. Diante disso, ele elenca uma série de argumentos embasados em dados empíricos e estudos realizados por instituições de renome para mostrar ao leitor que, apesar do aumento do desmatamento na Amazônia, nos últimos anos ela tem apresentado baixos índices de crescimento econômico, altos índices de desigualdade fundiária e ainda ampliação da distância do seu indicador de crescimento econômico em comparação com os indicadores do restante do país. Desse modo, evidencia-se neste capítulo uma crítica à concepção de desenvolvimento puramente econômico, que compreende o campo econômico e o mercado como esferas dissociadas dos demais setores da vida social, bem como uma desconstrução da tese historicamente defendida por determinados grupos econômicos e políticos no Brasil de que “é preciso desmatar para desenvolver” a Amazônia.

Nessa mesma linha, Abramovay faz severas críticas ao atual modelo de exploração e ocupação da Amazônia, que é marcado pelo desmatamento desenfreado da floresta. Também denuncia o atual cenário político, que se faz ausente no que diz respeito à implementação de políticas de proteção ambiental eficazes, o que tem acarretado sérios problemas que ameaçam a economia, o futuro do Brasil como potência ambiental, a oferta de recursos ecossistêmicos essenciais aos seres vivos e fortalece, como consequência, a criminalidade na região.

---

<sup>1</sup> Maiores detalhes sobre a obra em questão podem ser observados em sua página eletrônica, na qual pode-se ainda assistir ao documentário na íntegra: <https://oamanhaehoje.com.br/>.

No segundo capítulo, “São baixos os custos do desmatamento zero”, a discussão visa mostrar que os possíveis prejuízos econômicos e sociais com o desmatamento zero seriam irrisórios. No cenário nacional, entre 2017 e 2030, o declínio econômico seria mínimo, com perda de apenas 0,62% do Produto Interno Bruto (PIB). Em contrapartida, o cenário local, ou seja, nos estados do Pará, do Acre e Mato Grosso, que são estados que apresentam um alto percentual de desmatamento, os impactos seriam mais expressivos podendo chegar 4,53%. No entanto, as atividades mais afetadas seriam aquelas de menor prestígio e que inclusive já deveriam ter sido superadas – estamos a falar das atividades predatórias e as mal remuneradas (como a bovinocultura de corte e de leite), conforme os resultados de um estudo realizado pelo instituto Escolhas em parceria com Imaflora, Geolab e Imazon.

Ainda no segundo capítulo, o autor mostra que é possível construir uma nova organização social e econômica pautada em atividades que não desmatam a floresta, e que poderiam compensar os baixos prejuízos atrelados ao fim do desmatamento. Um bom exemplo seria o cumprimento do acordo firmado em Paris no ano de 2015 – que não será cumprido, posto que o Brasil ficou de fora em 2020 em função das políticas ambientais de Jair Bolsonaro e Ricardo Salles –, em que o Brasil se comprometeu a recuperar 12 milhões de hectares das áreas desmatadas até 2030, o que resultaria em benefícios ecossistêmicos, geração de emprego e prestígio internacional para o Brasil e para a região amazônica.

Em contraste com as seções anteriores, que abordam os prejuízos resultantes dos métodos convencionais de exploração da Amazônia, o terceiro capítulo, “As áreas protegidas são um trunfo para o Brasil”, objetiva conscientizar os leitores a respeito da importância da manutenção da floresta em pé, por meio das unidades de conservação. Elas armazenam uma grande riqueza natural com potencial ainda desconhecido. A discussão destaca os benefícios dessas unidades sob o ângulo dos serviços ecossistêmicos prestados, seu grande potencial de geração de riquezas e o bem-estar contido nas atividades econômicas dos povos tradicionais, ribeirinhos e indígenas. Nota-se neste capítulo uma defesa de uma iniciativa que já existe no país, as unidades de conservação, ao se pautarem nos modos de vidas dos povos tradicionais que ali vivem e apoio do Estado, desempenham um papel decisivo na conservação da biodiversidade (HASSLER, 2005; ABRAMOVAY, 2019).

Com ênfase nas terras indígenas, a importância das unidades de preservação continua a ser defendida pelo autor a partir da conquista democrática que tais unidades representam para o Brasil, o maior detentor da biodiversidade do planeta, além de fortalecerem os povos originários e ainda apresentarem um grande potencial de riquezas capazes de gerar renda, inovação e tecnologia que a ciência ainda desconhece.

No entanto, apesar de toda importância das unidades de conservação, o quarto capítulo, intitulado “As áreas protegidas estão sob ataque”, é dedicado a denunciar os constantes ataques de que essas unidades são alvos. O desmatamento dessas áreas não envolve só prejuízos econômicos, sociais e ambientais, mas também a sua permanência coloca em xeque a própria democracia. Visto que, apesar de seu papel na preservação ambiental, elas vêm sendo corriqueiramente atacadas por meio de grileiros, mineradores e exploradores ilegais de madeira. Isso evidencia uma certa contradição na relação do Brasil como detentor de um regime democrático e que, portanto, tem a obrigação de preservar a Amazônia e sua incapacidade de fazer com que as leis de proteção ambiental sejam cumpridas.

A constância dessa prática está diretamente ligada aos ganhos financeiros e ao descaso por parte do governo, que oferece aos órgãos responsáveis pela proteção e manutenção dessas

áreas uma estrutura de controle frágil, o que resulta em baixos riscos de punição aos infratores. Em contrapartida, os países que são conhecidos pelo seu desenvolvimento econômico e social atrelados as suas preocupações ecológicas – a exemplos de Dinamarca, Luxemburgo, Suíça, Reino Unido e França – tendem a valorizar mais as noções de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade, investem em tecnologias ambientais, como energias eólicas ou solar, diminuíram a emissão do gás carbono, reduziram sua produção de lixo, pois adotaram cada vez mais a fabricação de produtos recicláveis, além de investirem pesado na preservação e recuperação florestal, conforme o autor demonstra no último tópico deste livro.

O último capítulo, por sua vez – “Proteção às florestas não é idiosincrasia brasileira” –, dispõe de informações que desfazem ideia de que o Brasil é o único país do mundo que protege suas florestas. Aqui são apresentados dados históricos que mostram que, apesar de os países hoje desenvolvidos terem desmatado suas florestas visando fins econômicos, ainda no século XIX muitos deles incluíram nas suas legislações iniciativas de recuperação e ampliação das suas florestas, seja por regeneração natural, seja reflorestamento. E essas iniciativas tiveram um retorno positivo, inclusive andaram lado a lado com o desenvolvimento. Com isso, esse livro mostra que não é só a legislação brasileira que impõe exigências de proteção florestal e a redução do desmatamento, pelo contrário essa é uma tendência global.

De acordo com Sant’anna e Nogueira (2010), em uma forma mais contemporânea as florestas nos proporcionam bens e serviços, desde o abastecimento de água, preservação das bacias hídricas e lençóis freáticos até a conservação da biodiversidade. Por isso, o desenvolvimento sustentável defendido por Abramovay é tão significativo, a floresta em pé e preservada nos beneficia muito mais do que morta. Neste ínterim, Leff (2001) fala sobre a impossibilidade de resolver os crescentes e complexos problemas ambientais e reverter suas causas sem que ocorra uma mudança radical nos sistemas de conhecimento, dos valores e dos comportamentos gerados pela dinâmica de racionalidade existente, fundada no aspecto econômico do desenvolvimento. E Jacob (2003) complementa afirmando que na contemporaneidade a informação assume um papel cada vez mais relevante e destaca a centralidade da Educação Ambiental, visto que ela assume progressivamente uma função transformadora, que conduz a um saber ambiental materializado nos valores éticos e nas formas de reapropriação da natureza numa perspectiva que privilegia o diálogo entre saberes e práticas coletivas e a superação das causas estruturais e conjunturais dos problemas ambientais.

Por fim, ratificamos a relevância dessa obra diante da crise ambiental no atual cenário político brasileiro. A obra sem dúvidas é um chamado, para aqueles que anseiam entender como funciona o atual modelo de desenvolvimento da Amazônia e a gravidade da situação em que nos encontramos mediante aos grandes desastres e prejuízos ambientais proporcionados pelos descasos com as populações tradicionais quilombolas ou indígenas, com a exploração indevida da terra feita por pecuaristas, madeireiros, garimpeiros, pelas queimadas criminosas, caça exploratória, desfinanciamento ou diluição de políticas públicas ambientais. O livro destaca-se pela conjuntura de desmonte das políticas de proteções ambientais do Estado brasileiro na atualidade, bem como o seu direcionamento negacionista frente às demandas sociais por uma prática de desenvolvimento mais sustentável e que esteja em conformidade com as preocupações e perigos do nosso tempo e espaço.

Recebido em 04/05/2022. Aceito em 18/09/2023.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Amazônia**: por uma economia do conhecimento da natureza. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

HASSLER, Márcio Luís. A importância das Unidades de Conservação no Brasil. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 17, n. 33, p. 79-89, dez. 2005.

JACOBI, Pedro. Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 118, p. 189-205, mar. 2003.

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001.

SANT'ANNA, Ana Cláudia; NOGUEIRA, Jorge M. Valoração Econômica dos Serviços Ambientais de Florestas Nacionais. **Revista de Administração e Negócios da Amazônia**, Porto Velho, v.2, n.1, p. 82-108, jan./abr. 2010.